

## Ata da Reunião do Conselho

### ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Ocorrida aos onze dias de março de dois mil e cinco, às 8:30h em primeira convocação, e as 9:00h em segunda convocação com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, à Rua Pedro Ivo, número 750, 5º andar, nesta Capital. Estiveram presentes os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggioto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Maria Joseane Fronczak da Cunha (Procuradoria Geral do Estado - PGE); Celeste Maria de Oliveira Ribeirete (Secretaria de Estado da Saúde – SESA); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP); Maria Leonor Zanella (SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (SETP); Elza Maria Campos (SETP); Maria Iolanda de Oliveira (SETP) e suplente Larissa Marsolik (SETP). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Antonio José Portes Junior (Centro Espirita Manoel Figueira Netto); Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Dois Vizinhos); Valter Pedro Zancanaro (Associação Brasileira de Educação e Cultura ABEC – Ponta Grossa); Eva Marlene Munhoz Losano Leonel (Associação Comunitária para Des. Da terceira Idade - ACODETI); Dulcilene Pires Cardoso Tonon (CRESS - Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (APAE de Paranavaí); Jovelina Morteau Borghi (Associação dos Fissurados Lábio Palatal – AFIM de Maringá); Cidinéia Ap. Moreira (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand). A Vice-Presidente, Jucimeri Isolda da Silveira, saudou e deu as boas vindas a todos.

1. Aprovação da pauta; Em seguida submeteu a pauta para a aprovação da plenária. A pauta foi APROVADA da seguinte forma:
  1. Aprovação da Pauta; 2. Aprovação da Ata de Reunião de Fev/05;
  3. Apresentação das Comissões Temáticas; 4. Reunião ampliada

CNAS; 5. Proposta de plano de fiscalização dos serviços sócio-assistenciais prestados; 6. Fórum Curitiba e Região Metropolitana (representatividade Foreas – Sra. Marilyz); 7. Informes Gerais; 8. Informes Secretaria Executiva; 9. Encerramento.

2. Aprovação da Ata de Reunião de Fev/05;

Após a apresentação da ata, a mesma não foi aprovada tendo em vista que os conselheiros solicitaram que a redação fosse refeita com maior clareza, bem como as devidas complementações apontadas pelos mesmos. Será novamente submetida para aprovação em maio.

3. Apresentação das Comissões Temáticas;

A primeira Comissão a apresentar o relatório foi a Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização (anexo I). A conselheira Angela foi a relatora iniciando com as considerações a respeito da logomarca do Conselho. Na seqüência, a Vice Presidente colocou para votação a logomarca proposta. De acordo com as sugestões apresentadas pelos conselheiros a logomarca seguirá os seguintes parâmetros: Ao invés de quatro "indivíduos", a mesma deverá conter três, para significar os três ideais republicanos (igualdade, liberdade e fraternidade), terá também a inclusão do lilás na cor de fundo para expressar a luta das mulheres. Em seguida a logomarca do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná foi APROVADA com as alterações propostas. O segundo ponto apresentado pela Comissão foi a composição do CEAS com representatividade proporcional aos fóruns micro-regionais do FOREAS. O encaminhamento apresentado pela Comissão foi de fazer uma discussão conjunta com o Fórum, encaminhar o ofício sobre a composição proporcional a da divisão político administrativa utilizada pela SETP (18 Escritórios Regionais), considerando que a representação do Conselho é por regionais. Na seqüência, a conselheira Denise Colin fez questão de registrar a presença de representantes da Secretaria Executiva do FOREAS – Fórum Regional de Assistência Social e solicitou que, de antemão, os mesmos se posicionassem sobre o assunto. A Sr.<sup>a</sup> Margarete da Regional de Francisco Beltrão, informou que não são representantes formais da Secretaria Executiva do FOREAS, tendo em vista que a mesma não foi composta em função do processo eleitoral. A Sr.<sup>a</sup> Margarete informou que o Fórum está em fase de normalização e, por isso, criou-se uma Comissão Temporária para a articulação do papel do Fórum. Complementou a sua fala dizendo que a colaboração do CEAS é fundamental e, em seguida, colocou-se à disposição do Conselho. A Sr.<sup>a</sup> Marilyz, representante da regional

de Londrina informou que a mesma discussão ocorreu no Fórum no dia 26 de fevereiro e não houve consenso. Após as exposições, a Vice-Presidente propôs que, em virtude de haver um processo de rearticulação no Fórum, o Conselho aguarde a reestruturação, acompanhando as discussões do mesmo. Após as contribuições foi APROVADO pelo Conselho que o ofício será encaminhado como uma consulta indagando-se a posição do fórum em relação à regionalização e representatividade na composição do CEAS, bem como o debate sobre o papel do fórum e a inserção de entidades representativas dos movimentos sociais. No ofício será sugerido alteração da Lei Estadual para a nova composição. Em seguida, a conselheira Denise Colin informou que a partir do mês de maio os representantes dos Escritórios Regionais – ER's serão convidados para participar das reuniões do Conselho para que haja uma melhor integração das regionais, esclarecendo que essa é uma posição da Secretaria e não do Conselho. O conselheiro José Cícero perguntou se não teria mais custos para o Estado. Segundo o mesmo, isso dividiria a articulação na região. A conselheira Denise Colin esclareceu que uma das atribuições da SETP é o monitoramento, avaliação e assessoramento técnico a todo o trabalho de assistência social nos Municípios e, assim, automaticamente, a integração da sede da SETP com os ER's deve ser dinâmica, sistemática e seqüencial. Complementou dizendo que, caso os ER's não participem da reunião juntamente com o Conselho, os mesmos serão chamados para um momento de detalhamento operacional à parte. De acordo com o ponto de vista da conselheira, seria mais interessante fazer essa articulação, desde o princípio em todas as fases, em conjunto. A mesma informou que para a SETP a participação dos ER's não seria despesa e sim investimento, pois qualifica a equipe técnica permanentemente de forma integrada com o que o Conselho delibera. O conselheiro José Cícero retirou sua manifestação e apoiou a proposta da conselheira, tendo em vista os esclarecimentos realizados pela mesma. Em seguida, o relatório da Comissão foi APROVADO. Relatório da Comissão de Políticas Básicas, (anexo II) a conselheira Juliana foi a relatora. Em relação ao processo 8.263.348-7 (Denúncia do Conselho Municipal de Matinhos), a Comissão definiu que aguardarão o parecer da sub-comissão escolhida na reunião de fevereiro. A conselheira Denise Colin informou que as técnicas da CGM/SETP (Eliane e Lenir) solicitaram um prazo maior para a elaboração do relatório e posteriormente apresentarão para a plenária. Em relação ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social a conselheira Denise

Colin lembrou que, na reunião do mês de fevereiro foi aprovado pelo Conselho que o próximo passo da discussão da implantação da Política Nacional no Paraná, seria um detalhamento do fluxo de atendimento e funcionamento dos CRAS. Não só os financiados com os recursos do Estado, mas também os que demandem de instalação ou readequação de estrutura/serviços pelos Municípios, dentro da nova proposta. Por isso, o CEAS deveria estar orientando os CMAS para que, em cada localidade, seja regulamentado esse tipo de funcionamento. A mesma informou que existem outras instituições (governamentais ou não governamentais) que tem parte destas atividades sendo desenvolvidas e isso promove a necessidade de reordenamento da rede. Assim, caberá ao Conselho estar repassando estas orientações para o reordenamento das ações, especialmente quanto ao fluxo, tomando cuidado para que não se torne outro serviço. A conselheira informou que na próxima reunião poderão apresentar uma minuta. A Vice-Presidente encaminhou da seguinte forma: na próxima reunião a Comissão apresentará propostas de instrumento que normatize a implantação e o funcionamento do CRAS no Paraná, acompanhando a discussão nacional. O instrumento deverá Ter um caráter normativo e norteador de ações para implantação do CRAS no Paraná, com o aprimoramento no processo. A mesma sugeriu que no documento conste a definição do que é o CRAS, como funcionará, quais serão os serviços prestados, qual a atribuição, procedimentos operacionais e a competência da equipe técnica ações de potencialização e reordenamento da rede considerando as demandas territoriais da Rede. De acordo com a mesma, o Conselho já tem condições de normatizar esses elementos. A Sr.<sup>a</sup> Simone sugeriu que o CRAS seja pensado em dois momentos para que não haja equívocos na execução da Política Nacional. Se o CRAS vai receber o atendimento, ou se o CRAS vai receber e fazer o atendimento. No ponto de vista da mesma são duas modalidades que necessitam ser abertas para discussão. Na seqüência o relatório foi APROVADO. Dando continuidade à pauta o conselheiro José Cícero foi o relator da Comissão de Gerenciamento do Fundo (anexo III). Antes de proceder com a leitura, o mesmo fez questão de registrar que na reunião da Comissão não está havendo a participação dos conselheiros governamentais. Informou que na última reunião da Comissão estavam presentes dois conselheiros da sociedade civil (conselheiro José Cícero e conselheira Jovelina) e a conselheira governamental Jucimeri. Registrou o descaso por partes dos conselheiros governamentais. Em relação ao relatório, o

conselheiro informou que, quanto ao processo 8.389.422-9, referente à auditoria nas atividades do CEAS e das ações voltadas para a assistência social nos municípios, sugerem a composição de uma Comissão para análise do mesmo. A proposta foi APROVADA. A Comissão será composta pelas conselheiras Terezinha e Jucimeri. Após a apresentação do posicionamento da Comissão para a revisão da deliberação do CEAS quanto aos recursos da Copel aos Conselhos Municipais (estrutura de informática), a conselheira Denise Colin explanou que na reunião anterior houve o indicativo do Conselho de que o recurso da Copel destinado ao FEAS, que em princípio tinha a intencionalidade de estar sendo utilizado em equipamentos de informática, foi decidido que parte deste recurso seria destinado aos CRAS. Na seqüência, a mesma colocou sua proposta de que o Conselho canalizasse a parcela de 1/3 do recurso para os CRAS e utilizasse outros 2/3 para aqueles Municípios em cujo o CMAS não possuam estrutura de informática, embora já tenha sido destinado recurso para a compra desses equipamentos. A Vice-Presidente complementou a informação dizendo que já está sendo feito um levantamento junto aos CMAS em relação a Infra-estrutura do Conselho Municipal. O conselheiro José Cícero observou que o entendimento do repasse do recurso seria para entidades não governamentais e o CRAS é de responsabilidade do órgão gestor, porém, o mesmo disse reconhecer as dificuldades que os Municípios terão em instalar o CRAS pela falta de recursos. No término das discussões foi consensuado que seja aguardado a conclusão do levantamento junto aos Municípios sobre a infraestrutura de informática, para posterior deliberação de propostas. Após, a Vice-Presidente submeteu o relatório da Comissão de Gerenciamento do Fundo para aprovação com a manutenção de deliberação referente ao custeio de equipamentos de informática para o CRAS. O mesmo foi APROVADO. Dando seguimento à reunião, passou-se para a apresentação do relatório da Comissão de Documentação e Cadastro (anexo IV). A conselheira Dulcinéia foi quem relatou. A Comissão fez uma análise de como seriam os critérios de avaliação para a inscrição de Entidade Estadual, tendo em vista os Municípios não possuírem o questionário enviado pelo CEAS. A Comissão propôs que seja encaminhado novamente um ofício, colocando os critérios segundo a deliberação nº16/2004. Após a leitura, a Vice-Presidente sugeriu que a Comissão retome essa discussão, elaborando propostas de fluxo e instrumento de fiscalização pelo Conselho. A conselheira Denise Colin falou que o único problema da minuta de deliberação (citada no relatório da

comissão) refere-se ao termo citado "sede", onde poderia ser incluído o termo

serviço, ficando "sede e/ou serviços em mais de um Município". A proposta da conselheira Denise Colin foi APROVADA. Na seqüência o relatório foi APROVADO, com a inclusão de alteração da conselheira Denise Colin. Nada mais havendo a expor, passou-se para a apresentação do relatório da Comissão Temporária Organizadora da VI Conferência Estadual de Assistência Social, (anexo V). A conselheira Iolanda procedeu com a leitura do relatório e informou que a Comissão propõe que, durante a Reunião Ampliada do CNAS, seja apresentada para apreciação e aprovação, a logomarca da referida Conferência. Para tanto, a comissão definiu que o setor de informática do SETP estará criando três alternativas de logo, as quais estarão em votação no dia 04, encerrando até o 1º intervalo do dia 05/04. Após, o término, a comissão irá reunir-se para a apuração, divulgando no final do evento, a logomarca vencedora que representará a IV Conferência Estadual de Assistência Social. Para a próxima reunião da comissão, fica determinado como ponto de pauta: "Planilha de recursos para infraestrutura e finanças da VI Conferência Estadual de Assistência Social". Após, a conselheira complementou que os conselheiros membros da Comissão levarão os seguintes documentos para leitura, análise e sugestão para apresentação de material para a VI Conferência : planilha de recursos; edital de convocação e regimento interno da V Conferência. O relatório da Comissão foi APROVADO. Quanto à proposta de "Projeto de Lei do Fundo de Combate de Erradicação da Pobreza" elaborado pela Secretaria Executiva dos Conselhos, a Vice-Presidente informou que a Comissão de Gerenciamento do Fundo não teve tempo de revisá-la e por isso solicitou que a Secretaria Executiva dos Conselhos disponibilizasse cópia do referido material aos conselheiros por e-mail para análise e apreciação da proposta na próxima reunião. Dando continuidade à reunião a Vice-Presidente procedeu com a leitura da Minuta de instrução do CEAS para orientar os CMAS sobre o acompanhamento do programa "Bolsa Família", que foi elaborada pelo conselheiro Nircélio Zobot, (anexo VI). Após a leitura, o conselheiro José Cícero questionou a possibilidade de alguns Municípios terem criado Conselhos Municipais do CAD ÚNICO e Bolsa Família. A Vice-Presidente informou que o CEAS prevê a padronização de ações dos Municípios e disse saber que nem todos criaram o Conselho Municipal e não sabe, se os que já criaram, poderão alterar as respectivas Leis de Criação e tentar a

constituição dos conselhos citados. De acordo com a mesma o Conselho está tentando implantar um procedimento que acha mais adequado para orientar o processo daqueles que ainda não se mobilizaram. Em seguida, a deliberação foi APROVADA.

#### 4. Reunião Ampliada CNAS;

A conselheira Iolanda informou que a Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado - CDI está tomando as devidas providências em relação a infra-estrutura para o evento, através de processo de licitação. Informou que tem uma parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, para a disponibilização do material de divulgação e transporte local. Informou também que estão aguardando posicionamento do CNAS quanto aos critérios de vagas, distribuição e participação, bem como dos temas / programa da Conferência, para posterior procedimentos voltados para a distribuição ao Estado. No término da apresentação a Vice-Presidente agradeceu os informes realizados pela conselheira.

#### 5. Proposta do Plano de Fiscalização dos Serviços sócio-assistenciais prestados;

A Vice-Presidente lembrou que esse assunto foi discutido na reunião passada, porém não foram retirados as estratégias, por isso retornou à plenária. E após as discussões foi APROVADO que esse ponto será abordado na próxima reunião.

#### 6. Fórum Curitiba e Região Metropolitana (representatividade FOREAS – Sra. Marilyz);

A Sr.<sup>a</sup> Marilyz disse que quando foi solicitado esse ponto de pauta, não haviam sido definidos os dados dos representantes do FOREAS e das regiões. Segundo a mesma, os nomes que foram referendados na Assembléia do Fórum Estadual de Assistência Social não haviam sido os escolhidos nas suas respectivas regiões. Por isso a Sr.<sup>a</sup> Marilyz solicitou um esforço conjunto entre conselheiros e SETP para realizar reuniões nas regiões com os seguintes assuntos em pauta: escolha ou referendo da Coordenação do FOREAS nas regiões e escolha dos representantes do FOREAS para participar da reunião Ampliada do CNAS. Segundo assunto citado pela mesma foi solicitar cópia das atas do CEAS. A mesma solicitou também esclarecimentos sobre o subsídio relativo à custos para a participação dos representantes do FOREAS na reunião do CNAS. A conselheira Iolanda esclareceu que as despesas para os representantes da Secretaria Executiva do FOREAS serão subsidiados pela SETP (hospedagem, alimentação e traslado do hotel até o local da realização do evento) e que as despesas com passagem seriam por conta dos participantes / gestores

respectivos.

#### 7. Informes Gerais;

A conselheira Denise Colin procedeu com a leitura do Seminário Regional "Orientações gerais sobre Cadastro Único e Bolsa Família". Na oportunidade foi distribuído cópia do referido material aos presentes. As conselheiras Elyane e Vera justificaram as suas ausências na reunião das Câmaras, ocorrida no dia anterior ao da reunião.

#### 8. Informes Secretaria Executiva;

A secretária geral dos Conselhos, Maria Lúcia Massuchetto, procedeu com a apresentação dos informes da Secretaria Executiva dos Conselhos. Entre eles a justificativa de ausência do conselheiro Manoel da Silva Neto na reunião das Comissões, do conselheiro José Carlos Neves da Silva e das conselheiras Denize Diniz e de sua suplente na reunião plenária. Justificou a ausência também da conselheira Terezinha de Fátima Bittencourt. A mesma informou também que recebeu o ofício da Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC indicando o Sr. Valter Pedro Zancanaro para representar a entidade da regional de Ponta Grossa.

#### 9. Encerramento;

A Vice-Presidente Jucimeri encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença e solicitou aos conselheiros que os mesmos façam uma ampla divulgação sobre a reunião Ampliada do CNAS. Em seguida, desejou um bom retorno aos conselheiros.

A presente ata foi digitada por Marli Ferreira Ramos, auxiliar da Secretaria Executiva dos Conselhos/SETP, lavrada por mim, Maria Lúcia Massuchetto, Secretária Geral dos Conselhos e, depois de lida e aprovada, terá anexada a cópia da lista assinada pelos conselheiros presentes nesta reunião.

Anexo I

COMISSÃO/CÂMARA: Articulação e Mobilização

DATA: 10/03/05

PRESENTES:

ENTIDADE NOME/ conselheiros Colaboradores

SETP/CDI Maysa N. de V. Costa

SETP/CGM Ana Paula

SETP/CGM Cláudia

SETP/CDI Eliane

SETP/NUCLEAS Denise Colin



SETP/CEP Nircélio Zabet  
APAE Angela C. Kotsubo  
APAE Jaime Bonato  
CEMFIN Antônio J. Portes Jr.

## RELATÓRIO:

### 1. Logomarca CEAS:

Para apreciação e aprovação.

### 2. Boletim Informativo – mensal

&#61485; Cronograma CADÚNICO

&#61485; Reunião Ampliada do CNAS

### 3. Cronograma do Seminário Regional “Orientações Gerais sobre Cadastro Único e Bolsa Família” parceria do MDS, caixa Econômica e SETP.

Público Alvo: Gestor e operador dos Municípios.

Em anexo: Cronograma e programação

### 4. Reunião Ampliada CNAS

Será apresentada pela conselheira Denise Colin. Temas de discussão da reunião Ampliada do CNAS – alteração do artigo 3º da LOAS;

- nova redação da NOB.

-

### 5. Nova Redação do ofício para o Fórum a cerca do número de componentes do CEAS.

“Considerando a previsão do artigo 9º da Lei Estadual 11.362 de 12/04/1996, que cria a Conferência, CEAS e FEAS, e a atual divisão administrativa da SETP em 18 fóruns regionais de assistência social, o CEAS Paraná vem por meio deste propor a nova redação (em anexo) do referido artigo, com a qual após apreciação do CEAS e FOREAS será encaminhada para votação na Assembléia Legislativa do Paraná.

1. Cabe ressaltar que na discussão é importante se levar em conta o respeito incondicional a representação das diversas regiões do Estado, e a proporcionalidade de segmento (usuário, trabalhadores do setor e prestadores de serviço).

Há, porém, entendimento diverso apontando que sob o prisma da democracia participativas não é interessante vincular as mencionadas representações com a divisão do governo.

Diante do exposto, solicitamos pronunciamento e sugestões dos respectivos fóruns \*acerca da representação não governamental no CEAS.

\*acerca

artigo 9º - O Conselho Estadual de Assistência Social é composta paritariamente por 36 (trinta e seis) membros efetivos e seus respectivos suplentes, assim distribuídos:

I – 18 (dezoito) representantes do Poder Público Estadual; e

II – 18 (dezoito) representantes da Sociedade Civil nos fóruns regionais respeitando a proporcionalidade entre as organizações de usuários e as organizações de entidades de organizações prestadoras de serviços de assistência social e as organizações de trabalhadores do setor.

§ 1º as Entidades não governamentais a que se refere o “caput” desse artigo, serão eleitas em assembleias próprias nas Conferências Regionais de assistência social e referendados na Conferência Estadual de Assistência Social, sob a fiscalização do Ministério Público, devendo ser homologadas por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Anexo II

COMISSÃO/CÂMARA: Políticas Básicas

DATA: 10/03/2005

PRESENTES:

ENTIDADE NOME ASS.

CRES JULIANA MOLINARI

CRES DULCELENE PIRES CARDOSO

SETP/CRT DAIANE C. RIBEIRO

SETP/CDI LARISSA

ABEC VALTER PEDRO

SETP/CDI EDNILSO E. MAIA

SETP/CRT ELZA

SETP/CGM MARIA LEONOR

RELATÓRIO:

1. Relatório de Gestão:

A conselheira Larissa informou o posicionamento do MDS quanto ao prazo para o cumprimento deste instrumento de gestão esta indefinido, possibilitando o seu aprimoramento. Sendo assim, justificou o não encaminhamento no prazo previsto ao CEAS.

Apresentou um roteiro do Relatório de Gestão para discussão e sugestões.

Encaminhamento à SETP:

- dar destaque no relatório aos dados apresentados são um, espelho do início de um trabalho de transição para a política nacional;
- dar visibilidade às ações e a rede destacada nos relatórios de gestão através de mapas (por regional e totalizando o estado);
- listar os municípios que concluíram , que não concluíram o preenchimento informatizado do relatório nos prazos estabelecidos pela SETP, uma vez que só estão sendo considerados na construção do Relatório de Gestão da Assistência Social do Paraná aqueles 347 municípios que concluíram.

2. Processo nº 8.263.348-7 – CMAS Matinhos:

Fica definido que aguardará o parecer da sub-comissão para posterior encaminhamento do caso.

Quanto ao último item, foi feita uma exposição pela conselheira Denise sobre o CRAS e uma reflexão de como e quais os instrumentos para se chegar a concretizar a proposta.

Anexo III

COMISSÃO/CÂMARA: GERENCIAMENTO DO FUNDO

DATA: 10/03/05

PRESENTES:

ENTIDADE NOME ASS.

Escola Comunitária do Trabalho José Cícero dos Santos

AFIM Jovelina M. Borghi

Nucleas/ SETP Jucimeri I. Silveira

RELATÓRIO:

1. O processo da Auditoria – 8.389.422-9

&#61485; A Comissão sugere que seja constituída uma Comissão com representação governamental e não governamental. Proposta Terezinha e Jucimeri.

ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS:

1. Ofício aos Conselhos citados no processo com cópia do

documento (procedimento administrativo);

2. Levantamento de docum